

MULHERES NEGRAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: O DESAFIO DA CHEFIA FAMILIAR

Maria Amoras¹

Larissa Tuane Lima do Nascimento²

Resumo: Este artigo é parte dos resultados de uma pesquisa intitulada “Configurações e práticas sociais das famílias usuárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém-PA”. O estudo analisa a trajetória de mulheres beneficiárias do PBF para compreender os desafios da chefia de suas famílias. Os resultados mostraram que, desde a infância, essas mulheres são atravessadas por pobreza, racismo, sexismo e violência de gênero. A política pública encerra-as no espaço doméstico e, sob o controle dos corpos femininos negros, reforça naturalizações das contradições sociais e históricas da interseccionalidade de gênero, raça e classe na relação da família com o Estado.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Programa Bolsa Família; Chefia familiar feminina.

Abstract: This article discusses partial results of the research “Social configurations and practices of Bolsa Família Program (BFP) user families in Belém-PA,” which analyzes the trajectory of women BFB beneficiaries to understand their challenges in heading their families. Results show that, since childhood, these women have been affected by poverty, racism, sexism, and gender-based violence. Public policy encloses them in the domestic sphere and, under the control of black female bodies, reinforces the naturalization of social-historical contradictions that pervade the intersectionality of gender, race, and class within relationship between the family and the State.

Keywords: Intersectionality. Bolsa Família Program. Female family headship.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Antropologia, professora da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: samoras@ufpa.br. Orcid: 0000-0003-0785-4490

2 Assistente Social, Especialista em Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: larissaomilare@gmail.com. Orcid: 0000-0002-1312-4673

1 Introdução

Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa maior intitulada “Configurações e práticas sociais das famílias usuárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém-PA”, realizada no âmbito do curso de Serviço Social. A discussão apresentada tem como objetivo subsidiar análises acerca das intersecções de gênero, raça e classe, que se fazem presentes no contexto de famílias pobres chefiadas por mulheres e beneficiárias do PBF. Espera-se, assim, contribuir com pesquisas voltadas a programas de transferência de renda destinados às famílias e outras políticas da assistência social.

As mulheres que se dispuseram a participar como interlocutoras da pesquisa são, em sua maioria, negras, fato que se justifica por serem elas as que estiveram presentes em maior quantidade no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado no bairro da Terra Firme, *locus* da investigação. Esse bairro, de mesmo nome do CRAS, está entre os dois mais populosos da periferia de Belém-PA. Sua história de formação remonta ao período de escravização de africanos e africanas na Amazônia. Na década de 1970 teve início o seu processo de ocupação, recebendo um grande contingente de migrantes do estado do Maranhão. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o bairro possui uma população majoritariamente negra. Nos jornais locais³³, o bairro é frequentemente mostrado como uma área que concentra altos índices de violência e de pobreza. Em 2014, foi acometido por uma chacina (POLÍCIA..., 2014) que vitimou 11 jovens negros e, nos anos seguintes, novos casos ocorreram.

Nesse sentido, este trabalho considerou a intersecção de gênero, raça e classe para compreender o contexto de opressões que envolvem a chefia familiar feminina. Para isso, foram realizadas entrevistas com beneficiárias do PBF, observando suas trajetórias de vida, a configuração e as redes que sustentam essas famílias, bem como as condicionalidades impostas à aquisição do benefício.

2 Sobre a entrevista narrativa

Para compreender a trajetória de vida⁴ de cinco mulheres, beneficiárias do PBF, visando alcançar a análise da tessitura entre particularidade e totalidade social (MIOTO, 2011), este estudo utilizou-se de narrativas,

3 Telejornais e jornais impressos.

4 O termo trajetória de vida não está sendo tratado neste trabalho como metodologia/método, valendo-se tão somente do seu sentido usual de trajeto percorrido, no tempo e no espaço, por uma pessoa.

conforme sugerem Jovchelovitch e Bauer (2002). Como discutem esses autores, as narrativas são infinitas em sua variedade e são encontradas de diversas formas em todo lugar. Logo, “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91). Contar história é algo específico e elementar da comunicação humana, sendo, independentemente das amarras da linguagem estratificada, uma capacidade universal.

Por meio da narrativa, as pessoas lembram e revisitam o acontecido, sequenciam suas experiências, buscam possíveis explicações para situações vividas e articulam uma cadeia de acontecimentos que erigem a vida individual e coletiva. Narrar a sua história é tornar familiares acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana. Os acontecimentos narrados, traduzidos em termos gerais e indexados, evidenciam situações concretas em lugares e tempos. Nesse sentido, grupos sociais e culturais contam histórias com palavras, sentidos e significados expressivos da maneira como experienciam e constroem o seu modo de vida.

A opção metodológica, portanto, fez emergir uma variedade de dados interligados que nos possibilitou analisar as expectativas de mulheres com as políticas de assistência social endereçadas a elas e suas famílias, particularmente as políticas de transferências de renda. Para isso, considera-se um contexto maior de contradições, no qual emergem as interseções de gênero, raça e classe (COLLINS, 2019; DAVIS, 2016; HOOKS, 2020), visto que elas são explicativas das nossas profundas desigualdades sociais. Assim, as discussões aqui apresentadas também esperam contribuir com estudos que vêm interseccionando esses marcadores sociais das diferenças para alcançar as problemáticas sociais e históricas das expressões da questão social na América Latina (CURIEL, 2020).

3 Mulheres beneficiárias do PBF e suas trajetórias de vida⁵

Ângela

Ângela, mulher negra, 65 anos, titular do PBF, mãe de oito filhos. No ano do seu cadastro, estavam sob sua responsabilidade os dois netos, o filho de 15 anos e suas filhas gêmeas de 14 anos. Quando seus filhos

⁵ Com a finalidade de manter o sigilo e a ética na pesquisa, os nomes aqui apresentados são fictícios. Preserva-se, assim, qualquer tipo de associação à identidade das entrevistadas.

completaram 18 anos, foram retirados do programa, ficando apenas o registro dos netos. Como não realizou as atualizações com as informações exigidas das pessoas que viviam com ela, foi informada, no dia da nossa entrevista, sobre seu desligamento do programa.

Com relação à sua renda, quando questionada sobre como ficaria a situação financeira sem o recurso do PBF, em tom de conformação, alegou que não iria mais atrás, tendo em vista a pretensão de dar entrada em sua aposentadoria e, também, de dar a chance para outras pessoas que precisavam. Informou que sua renda advinha da venda de salgados e doces para manter a casa.

A respeito de sua vida conjugal, remetia-se sempre ao ex-marido, que havia falecido há quatro meses e de quem já estava separada há alguns anos, chamando-o de “meu marido”, como referiu: “*meu marido foi esse que faleceu*” (ÂNGELA). Contou que se separou devido à relação ter sido conflituosa. E, mesmo estando separada, a referência feita para falar do homem como “marido” (e não ex-marido), segundo ela, tinha a ver com o fato de ele ter sido pai da maior parte dos seus filhos, bem como por ter sido o que mais tempo ficou ao seu lado.

Ficar ao seu lado não significou que o marido tenha participado da criação dos filhos, pois como dizia: “*só eu e Deus fomos os responsáveis pela criação deles*” (ÂNGELA). Por isso, considerava-se uma guerreira: “*Eu tive oito filhos, né? Fui uma guerreira, não dei nenhum. Foram cinco meninas e três homens. Ainda vieram essas duas gêmeas... Eu era nova!*” (ÂNGELA). Quando questionada sobre a forma como foi constituindo a sua família, respondeu sorrindo:

Eu pulei a cerca! Eu era danadinha! [risos]. Eu era muito trabalhadeira. Eu me juntava, não dava certo. Me envolvia com outro pra ver se me ajudava a criar os outros. Aí, eu fui me enchendo de filhos. Pois é... Mas, eu não tenho vergonha de falar, não! (ÂNGELA).

“Se vender”, expressão que associou à prostituição, disse que nunca o fez. Ângela sempre trabalhou em “casa de família”⁶ e “lavou roupa pra fora” para não deixar “faltar as coisas” para seus filhos. Expressava, ainda, um sentimento de alívio quando dizia que, mesmo na dificuldade, havia vendido. Lembrava que seus filhos se tornaram homens, mas “nenhum deu pra bandido”, e suas filhas mulheres, com exceção da que ainda morava com ela, estavam todas casadas.

6 No Norte do Brasil, o termo é utilizado para designar o local de trabalho das empregadas domésticas.

Por ter começado a trabalhar cedo, estudou apenas até o terceiro ano do ensino fundamental. Moradora de um município distante da capital, seu avô fazia o papel de um professor, ensinando-a o básico. Veio a Belém morar com uma tia aos 11 anos, para trabalhar em “casa de família” como babá, cuidando de dois meninos. No entanto, ao chegar na casa em que lhe fora oferecido o emprego, disse ter enfrentado uma barra, pois foi enganada: sua função era ser responsável pela limpeza de toda a casa.

Vim morar com uma tia que mora lá pra banda da Sacramenta. Ela disse que tinha uma amiga que precisava de alguém pra trabalhar... Eu chorava, chorava arrependida de ter vindo, acostumada com a vida com meus pais. Assim, vida de interior, né? Mas, não faltava nada, tinha tudo pra mim. Meu pai era muito trabalhador. No roçado tinha milho, arroz, a gente não passava fome, não. Mas eu tava toda empolgada pra vir pra Belém... Eu quis vim, mas não sabia como era o serviço. Eu fui escravizada nessa casa. Levantava às 4 horas da manhã, eu, uma menina ainda, todo mundo dormindo, passava pano na casa todinha. Nem brincava com os meninos. Meu serviço era esse [...] Ela me enganou, essa minha tia me enganou e eu não conhecia nada aqui em Belém, tinha que ficar lá. Fui escravizada naquela casa. Me lembro até hoje e não tenho saudade nem um pingo (ÂNGELA).

A história de vida de Ângela se assemelha à realidade de muitas meninas de contextos rurais dessa parte da região amazônica, que, na cidade, buscam oportunidades de melhora de vida e se deparam com situações degradantes e de muita exploração do trabalho doméstico infantil, como estudou Motta-Maués (2008). No decorrer dos anos em que viveu nessa condição, Ângela encontrou estratégias de enfrentamento quando decidiu reverter tal situação.

Para sair dessa condição, Ângela precisou fugir. Voltou para casa de sua tia, que então a entregou de volta à sua mãe. Passou a viver e trabalhar em um município longe da capital e, em pouco mais de um ano, decidiu retornar a Belém e trabalhar novamente como doméstica. Disse ter conhecido, nessa época, um “perna de calça”, um homem com quem teve seu primeiro filho aos 18 anos. Trabalhou também com serviços gerais em órgãos públicos de Belém e, em contato com as pessoas dessas instituições, passou a receber orientações sobre os benefícios que teria direito devido a sua condição de pobreza. Em meio a todas essas dificuldades vividas, enxergava-se como uma vencedora. Pautada em um discurso religioso, considerava Deus como o grande responsável por ter vencido as adversidades que enfrentou e julgava ter uma família unida porque sempre se considerou uma boa mãe:

Deus me deu forças para criar meus filhos. Quando eu tive as gêmeas, uma mulher disse ‘me dê uma’, e eu disse ‘não, que eu não sou cadela pra sair distribuindo meus filhos’. Se Deus me deu é porque ele me dá condições de criar. Trabalhei, criei, fui muito boa mãe (ÂNGELA).

Ao longo de nossa conversa, Ângela manteve o tom de voz firme para falar com orgulho da criação dos filhos sem precisar entregá-los a outras famílias. Sua satisfação, por considerar que cumpriu o papel de “boa mãe”, muito expressou o fato de ter conseguido resistir a essa prática tão antiga na vida das crianças pobres na Amazônia, tal como vivenciou em sua infância. Quando enfatizou que não “se vendeu”, tentou demonstrar também que se livrou dessa “regra” na vida das mulheres pobres que vivem nas periferias das cidades. Assim, a combinação entre as várias inserções no trabalho precário e a condição de beneficiária do PBF atuou como uma estratégia utilizada para manter a família, livrando-se da prostituição e dos insultos de não ter sido “boa mãe”.

Eliana

Eliana, mulher negra, 50 anos, solteira e sem filhos, titular do PBF. Possuía ensino fundamental incompleto e terminou o quinto ano já adulta, quando participou do programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) e, segundo ela, não quis continuar por falta de estímulo. Vivendo com um irmão mais novo, natural de uma localidade rural do Maranhão, Eliana migrou para Belém com o objetivo de trabalhar em “casa de família” aos 25 anos de idade. Mas, para além da necessidade de arrumar um trabalho, Eliana falava sobre a vontade que sempre teve de conhecer outros lugares, o que também motivou seu deslocamento para Belém:

Foi através de uma amiga. Eu tava arrumada pra ir trabalhar em Brasília, aí ela disse: por que tu não vai pra Belém, que é mais perto? Eu digo: em Belém eu não conheço ninguém. Aí ela me deu o número do telefone de umas mulheres que ela já tinha trabalhado, né? Pra mim ligar pra elas, se elas tivessem precisando, pra mim vir. Aí eu liguei e elas tavam precisando e eu vim (ELIANA).

Assim, Eliana começou a trabalhar como doméstica em “casa de família”, porém sem registro de vínculo empregatício com carteira assinada. Relatou ainda que só deixou de trabalhar quando se casou: “Aí me ajuntei e, quando me ajuntei, parei de trabalhar. Aí, quando separei, fui trabalhar com lanche na Ceasa, trabalhei 10 anos. Aí, adoeci com problema de depressão e parei” (ELIANA).

Sua condição de saúde não lhe permitia mais trabalhar. Mesmo depois de diagnosticada a depressão, ela trabalhou em duas casas como doméstica, contudo, no segundo dia, foi “despachada”, como expressou a demissão. Acredita que a causa de sua demissão teve a ver com a perda da agilidade para fazer o serviço, decorrente das medicações que tomava. A doença se desenvolveu com a morte dos pais.

Sobre o seu casamento, disse ter durado cinco anos. Nesse período, engravidou duas vezes, mas perdeu duas gestações e decidiu que não queria mais ser mãe. O marido trabalhava como mecânico em um garimpo na Guiana Francesa e necessitava viajar constantemente. Foi por esse motivo, inclusive, que seu irmão veio morar com ela em Belém, para que não ficasse em casa sozinha, porque quando o marido estava trabalhando, ela não precisava trabalhar. Observa-se um sentimento de não obrigatoriedade em trabalhar por parte dela, tendo em vista o salário de seu marido, à época, ser suficiente para satisfazer as necessidades da casa. Não há, por parte de Eliana, o desenvolvimento de uma moral sobre ter seu próprio dinheiro, proveniente de seus esforços. Também há a compreensão do sentimento de usufruir de um “descanso”, por isso, ficava esperando o marido e cuidando do lar.

A separação, porém, ocorreu justamente no período em que seu ex-marido ficou desempregado no garimpo e teve que voltar a Belém para trabalhar como mecânico. Mencionou que a volta dele para dentro de casa ocasionou o fim da relação, como explicou: “*eu não quis mais, porque era muita mulher e briga, muita porrada, e eu não ia ficar pegando chifre e porrada ainda, aí separei*” (ELIANA). Esse processo de separação, entretanto, não se deu de forma harmoniosa. Eliana precisou sair de sua casa para a de uma amiga e seu marido constantemente a perseguiu. A casa que dividiam foi dada como direito à Eliana após ter recorrido à justiça. Com isso, realizou uma troca de casas e procurou esconder-se em um bairro bem distante de onde morava. Embora separada, os conflitos permaneceram. Eliana sofreu uma agressão que lhe causou traumatismo craniano, em um dia que seu ex-marido a chamou para conversar sobre a venda da antiga casa:

Eu não cheguei a cair, não, tonteei assim, chega saiu fogo dos meus olhos. Aí, joguei a mão assim, o pau caiu da mão dele. Aí, me ataquei com ele e empurrei ele assim, quando eu empurrei ele, abriu a porta rápido e saí correndo. Comprei Bacgel [remédio], já tava inchado. Entrei no ônibus, fui-me embora pra Marituba, na casa que eu tava, isso já era de tarde. Quando foi no outro dia que eu vim pra emergência fazer o raio X da cabeça, deu traumatismo craniano (ELIANA).

Eliana já havia denunciado seu ex-marido, que foi preso duas vezes. A amiga lhe cedeu moradia e recebeu apoio do irmão. Contudo, o irmão encontrava-se desempregado devido a problemas de saúde. Mesmo assim, sustentava-se de “bicos”, fazia entregas de caminhão e trabalhava como mototaxista. Com relação à renda de R\$ 101,00, proporcionada pelo benefício do PBF, destinava à compra do gás de cozinha, ao pagamento da luz elétrica e ao remédio que não conseguia no posto de saúde. Enfatizou que nenhum outro bem ou serviço era adquirido com esse recurso. A maior dificuldade que dizia sofrer era a falta de trabalho, uma vez que antes, quando fazia diárias, conseguia manter-se melhor. Quanto à chefia familiar, achava que lhe cabia, pois era a irmã mais velha e era a pessoa que tomava as decisões dentro de casa. Considerava, ainda, seu irmão, 12 anos mais novo, como um filho adotivo.

Ana

Ana, mulher negra, 48 anos, viúva, beneficiária do PBF. Residia há 30 anos no bairro da Terra Firme, tinha seis filhos (um homem e cinco mulheres), quatro netos e morava com uma das filhas. Casou-se aos 17 anos e permaneceu casada até a morte de seu marido. Seus filhos possuíam a mesma paternidade, como fazia questão de enfatizar. Passou a morar no bairro quando se casou, onde nasceram todos os filhos. Dizia não ter vontade de sair do local porque gostava muito de lá. Não via problemas com o fato de a área ser considerada muito violenta, pois, como mencionou: “os bandidos já conhecem a gente nesse bairro, a gente vai pro outro bairro eles não conhece” (ANA). Aos 15 anos de idade, seu único filho se envolveu com drogas. Ana conta que ele passou dois dias desaparecido e, quando o encontrou, ele estava internado por ter sofrido uma overdose.

Sobre trabalho, Ana afirma que, quando ainda era vivo, apenas seu marido trabalhava de carteira assinada, como eletricista. Após a morte dele, ela começou a trabalhar vendendo verduras na feira do bairro com a ajuda de suas duas filhas, as mais velhas. Depois, passou a trabalhar como diarista em “casa de família”, mas nenhuma dessas funções lhe atribuiu carteira assinada. Também foi nesse período, logo após o falecimento de seu esposo, que Ana passou a ser inserida em programas sociais. Inicialmente, recebia o Bolsa Escola e, quando o programa foi extinto, inseriu-se no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Com a implantação do PBF, Ana e sua família desligaram-se do Peti e foram integradas ao PBF, somando, então, 15 anos de inserção em programas sociais.

Com relação à finalidade dos programas na vida de sua família, Ana explicou que foi por meio deles que sozinha conseguiu criar seus filhos e garantir o desempenho escolar deles. Com o dinheiro do PBF, conseguiu pagar um cursinho pré-vestibular para sua filha mais nova, que obteve aprovação no curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2017, estava recebendo R\$ 85,00, que dizia servir como uma ajuda aos estudos da filha. A complementariedade de sua renda, como já dito, advinha do suporte de seus outros filhos e de “bicos” que, porventura, apareciam; isso quando suas ex-patroas telefonavam solicitando serviço de diarista. Nas outras vezes, dizia preferir se dedicar à vida dentro de casa.

Por estar desde o início no programa, Ana conseguia fazer uma espécie de balanço de como o benefício se comportava antes e no tempo presente da pesquisa. Ela reconhecia a sua criação pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva e a continuidade dada pela Presidenta Dilma Rousseff. Ponderou que no governo deles havia a garantia do recebimento do recurso, mas que após o impeachment de Dilma só pairavam incertezas, podendo acabar subitamente, como observou:

Eu achei melhor no primeiro ano. Achei melhor porque a gente, a gente sabia que a gente tinha que fazer nosso cadastro, né? A gente não ficava naquela expectativa: ah, será que eu vou ficar? Será que eu vou sair? Sabe? Porque do jeito que a gente tá vendo, do jeito que tá indo, né? De uma hora pra outra acho que vai acabar com isso. Aí, eu tava dizendo assim, logo quando começou eu achei melhor, porque quando começou, a gente tinha o nosso benefício. Sabia que a gente ia receber o benefício, mas a gente tinha o compromisso, né? De mostrar que a gente tinha recebido e, detalhe, que ele era o Bolsa Família, mas a gente tinha o compromisso de mostrar que a gente merecia receber. Como, eu digo assim, os meus filhos receberam, mas todo tempo eles fizeram projeto, todo tempo eles tavam fazendo natação, reforço... vão mexer em muita coisa. Aí, eu tava dizendo assim, porque, antigamente, a gente ainda tinha aquela esperança, né? De um benefício do governo. E agora, invés de eles dá pra gente, eles tão tirando do pouco que ainda tem. E aí, eu senti foi muito quando a Dilma saiu, olha! (ANA).

A preocupação de Ana demonstra como as mulheres negras brasileiras têm acionado nas duas últimas décadas a combinação entre o mercado de trabalho informal e os programas governamentais de transferência de renda para sustentar suas famílias. A forma como menciona a possibilidade de perda dos benefícios mostra a sua preocupação com a persistência da pobreza na vida dessas famílias e de suas crianças.

Fátima

Fátima, mulher negra, 58 anos, mãe de quatro filhos, beneficiária do PBF. Procurou o bairro da Terra Firme para morar quando se separou de um marido que a agredia e maltratava os filhos quando bebia:

Vivi 13 anos aguentando este homem porque meus filhos eram pequenos e eu não podia deixar eles... Ele me batia, me maltratava. Eu trabalhava em casa [de outras pessoas], cuidava de cachaça que é o caso dele, cuidava dos meus filhos pequenininhos e ainda lavava roupa pra fora... era sete lavagem de roupas. Tem uma noção do que é sete lavagem de roupas, cuidar de filhos, cuidar de cachaça, cuidar da casa? Sete lavagem de roupas, todas as sete pra entregar no sábado. Por 'Deus do Céu', não sei como eu aguentei e ainda tô viva. Ainda aguentava cachaça. Quando ele tava sóbrio, ele não falava "tu é feia", "tu é isso", e eu metia a boca nele, falava tudo que vinha na minha boca pra ele, porque ele não tomava atitude. Só falava as coisas quando tava porre. Sabe como é homem, né? Só tem força quando tá porre, só deixa pra fazer as coisas pra mulher quando tá porre. Eu passei, viu... (FÁTIMA).

Casou-se aos 18 anos e argumenta que, fora a bebida, ele era um homem trabalhador e muito bom por não deixar faltar comida aos seus filhos. Mas, por se tornar violento ao beber, ela decidiu sair de casa quando seus filhos cresceram, pois era nova e estava cansada. Ainda sobre essa relação, quem tomava conta do dinheiro do marido era ela, que sempre ia acompanhá-lo nos dias de pagamento. Ainda assim, como dizia, “besta que era”, não guardava nada para si, nem nos bancos em poupança. O fato de acompanhá-lo no dia do pagamento não lhe dava autoridade sobre a destinação do recurso, ficando sempre a maior parte para o gasto com a bebida.

Antes de casar teve acesso à escola, mas estudou apenas até o quinto ano porque começou a trabalhar. Foi criada pela madrinha, sua vizinha. Dizia que sua mãe a havia abandonado ainda pequena: “*ela me deixou do lado de fora de casa, me largou*” (FÁTIMA). Considerava a madrinha como sua segunda mãe, já que era quem cuidava dela, a levava à igreja e à escola. Quando a madrinha faleceu, Fátima estava com 13 anos e dizia que se viu “sem rumo”. Desde então, como narrou: “*me meti na casa dos outros para trabalhar*” (FÁTIMA).

Fátima trabalhou durante cinco anos na casa de uma pessoa que prometeu assinar sua carteira, mas, como disse: “*fui passada pra trás*” (FÁTIMA). Há alguns anos havia saído desse emprego, quando se dirigiu à previdência a fim de saber sobre suas contribuições e foi surpreendida com a ausência do registro. Trabalhou novamente na casa de outra

mulher, mas, do mesmo modo, foi enganada. Foram duas situações difíceis, porém, continuou trabalhando como diarista e com lavagem de roupas, até o dia em que se separou do ex-marido.

Quando se separou, sem ter para onde ir, disse que se viu novamente “sem rumo”, deixando os três filhos com o pai deles e a filha mais velha com a sua mãe. Contou que reuniu todos os filhos para comunicar que iria embora. Disse ter deixado claro que não se tratava de não amá-los, mas, sim, de não aguentar mais a violência dentro de casa e de ter medo de acontecer alguma tragédia maior. As ameaças do ex-marido só amenizaram quando Fátima acionou a Lei Maria da Penha, depois de várias insistências e perseguições.

Assim, “caminhando devagar”, como mencionou, Fátima criou os filhos. Estão todos casados, possuem casa própria e estão trabalhando. Ela, no entanto, estava vivendo com o recurso do PBF e com a ajuda de seus filhos, renda que destinava à alimentação, remédios, vestimentas e à poupança da Caixa Econômica, com que pretendia pagar sua aposentadoria futuramente. Por não possuir casa, estava morando com o filho mais velho, a nora, uma neta e um neto. A decisão de Fátima de deixar de trabalhar foi consenso entre os filhos. E, assim, assumiu o cuidado da casa e dos afazeres domésticos para todo o grupo familiar.

Seu acesso ao PBF foi decorrente do Bolsa Escola, quando os filhos estudavam. Depois que eles passaram a não poder mais se inscrever, Fátima perdeu o acesso ao PBF. Anos depois, desempregada e com a saúde prejudicada pela pressão alta e diabetes, voltou ao CRAS e obteve o direito a R\$ 85,00 do PBF. Quando questionada sobre a chefia familiar, ela acreditava que o fato de ser a mãe, “estar viva e presente”, fazia dela a chefe da família, mesmo que não fosse a provedora dos recursos materiais, e sim seus filhos.

Carol

Carol, mulher negra, 58 anos, semianalfabeta, beneficiária do PBF, morava sozinha em uma casa bem pequena, mãe de dois filhos – uma mulher e um homem. Não conheceu nenhum familiar, a não ser seu irmão, que foi dado pela sua mãe a uma família com melhores condições financeiras. Apesar de eles se conhecerem, quase não tinham contato. Ela acreditava que, dado o fato de ter sido criado em melhores condições financeiras, o irmão não se acostumava com ela. Assim, por ter tido uma vida melhor, ele não se sentia na obrigação de manter contato.

Sua chegada ao bairro da Terra Firme ocorreu ainda na época das primeiras ocupações da área. Requereu a solidariedade dos vizinhos, conseguiu um pedaço de terra. Nessa época, além de cuidar da mãe muito doente, já possuía seus dois filhos, criando-os também sozinha. Em meio às lágrimas, falou que o apoio da comunidade foi fundamental para ela, que, sem recursos para pagar aluguel, teve uma casa cedida pelos vizinhos.

As dificuldades, segundo ela, ainda eram muitas. Destacava o fato de não ter tido nenhum homem para contribuir financeiramente na construção de sua casa. A filha tomava conta de sua mãe doente e ela saía com o filho mais novo em busca de um trabalho que pudesse sustentá-los. Sua mãe, sem aposentadoria pelos anos trabalhados e pela condição de saúde, conseguiu um benefício. Desse benefício, ela retirava uma parte e guardava. Foi assim que conseguiu comprar material para construir, aos poucos, a casa da sua família. Disse nunca ter contado com o apoio de familiares na rotina do trabalho doméstico e no cuidado com os filhos.

Quando criança não frequentou a escola porque, como disse, em sua época “*não existia isso de ter que estudar pra trabalhar*” (CAROL). Começou a trabalhar aos 16 anos, quando já era mãe. Aprendeu a escrever somente o nome e a ler algumas frases para se submeter a uma prova de seleção para serviços gerais, quando já estava adulta. Diferentemente das outras entrevistadas, quase sempre trabalhou com carteira assinada. Além desse emprego, trabalhou em um *buffet*, em uma fábrica de pimenta-do-reino como operária e como empregada doméstica em “casa de família”. Neste último, contudo, sempre sem carteira assinada.

Sobre a maternidade, ela disse que apenas quis o casal de filhos para “seguir carreira” e nenhum mais. Tinha o entendimento de que nutria uma vontade de ser mãe por ter receio de ficar sozinha quando sua mãe morresse. Não queria ficar sem família, como explicou:

As pessoas diziam que ia ser difícil eu criar meus filhos sem um marido ali na Terra Firme, que era um bairro muito perigoso e que ia ser difícil para mim, mas não foi. Eu lutei ali. Eu sentava todo dia e dizia: meu Deus, não é porque eu não tenho homem que eu vou deixar meus filhos se criarem na rua. Eu tenho como pedir ajuda, sabe?... E hoje eles [os vizinhos] se admiram de eu ser uma mulher guerreira. E eu estou lá demonstrando pra todo mundo... Muitas vezes era de noite, meus filhos dormindo e eu com as lágrimas nos olhos. Mas eu lutei e eu venci, eu trabalhei. Eu fui mãe e fui pai ao mesmo tempo... Hoje eles estão bem! Estão bem. Eu arrumei esses filhos porque era coisa minha (CAROL).

No que concerne ao seu estado civil, Carol dizia: “*não tive sorte, nasci solteira, assim como minha mãe*” (CAROL). Como se viver sozinha fosse uma certa genética das mulheres de sua família. O nascer solteira soou como uma espécie de herança deixada por sua mãe, que viveu em iguais condições afetivas, sem a sorte e com a sina de não ter uma vida conjugal, como prevê a regra da configuração familiar hegemônica. Relatou que os homens apenas a enganaram e que ela tinha muito medo de ter sua casa, construída com sacrifícios, tomada por algum marido, como relatou: “*a partir desses dois [companheiros] que tive filhos, eu não quis mais [...] a senhora sabe que sem um homem com a gente as coisas são mais difíceis, mas eu consegui construir sozinha*” (CAROL). Seu medo existia pelo fato de, desde cedo, ter tido muitas responsabilidades perante sua família e sua casa. Além disso, o trabalho lhe dava autonomia para viver. Assim, temia que outras pessoas tirassem dela tudo que tinha conseguido com muito trabalho.

A respeito da saúde, desenvolveu problemas nas articulações da coluna vertebral quando trabalhou para o governo do estado na função de serviços gerais. Como não foi informada e nem orientada, não sabia que poderia ter dado entrada em seu processo de aposentadoria. Desempregada e sem benefícios previdenciários, em 2014, retornou ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a fim de obter informações sobre a possibilidade de aposentar-se. Descobriu que tinha idade suficiente para se aposentar, mas não possuía o quantitativo exigido das contribuições, de modo que, para aposentar-se, deveria pagar o restante das parcelas referentes. Ao informar sua incapacidade de realizar tais pagamentos, foi orientada a procurar o CRAS mais próximo de sua casa e cadastrar-se no PBF. A intenção de Carol desde que recebe o recurso do PBF, no valor de R\$ 85,00, foi a de pagar R\$ 44,00 de contribuições até 2019.

Para Carol, a importância do PBF estava para além da renda. Destacava, assim, o papel e as atividades do CRAS na troca de informações acerca dos seus direitos e deveres enquanto cidadã. Enfatizava também a importância de outras pessoas saberem da realidade e das situações que elas e as demais mulheres vivenciavam. Nessas atividades, podiam falar das suas dificuldades cotidianas para a equipe técnica do CRAS, sendo uma das importâncias que Carol ressaltava, como observou: “*Como é que a senhora assistente social vai saber como é que eu vivo, se eu almoço todo dia, se eu janto todo dia, se eu tenho marido, se eu tenho uma pessoa que me auxilia? E eu acho que é muito importante*” (CAROL).

Sobre a dificuldade de acesso à alimentação, disse que a supria com a ajuda dos seus filhos. Rememorou que era do tempo em que gente rica

comia carne e frango e os pobres, como ela, ficavam em filas para conseguir “cabeça e rabo de peixe pra fazer com água e sal” (CAROL). Ela e sua mãe iam para as filas em São Brás para conseguir doações de miúdos de porco. Ademais, apesar de não precisar mais fazer isso, ainda se via com bastante dificuldade alimentar, principalmente porque não possuía geladeira e não tinha como conservar a pouca alimentação que dispunha.

4 As famílias do PBF: particularidades e semelhanças

Carol acionou pontas de fios que interconectam a sua história de vida a de outras tantas mulheres negras brasileiras e periféricas, como as de Ângela, Eliana, Ana e Fátima. As prioridades que elegem para o uso do recurso do PBF – e tudo que fazem para atender às condicionalidades e não o perder – atravessam suas experiências de ser mulher pobre e negra, todas muito marcadas pela historicidade de uma sociedade dominada pelo racismo e pelo patriarcado burguês, forças moventes da atualização das estruturas do capitalismo no tempo (BIROLI, 2018).

As intersecções de gênero, raça, classe, geração e sexualidade são expressivas na questão do trabalho nas suas vidas. Reservam-lhes um lugar de subalternidade na estrutura social. Suas trajetórias estão marcadas pelo trabalho escravo e infantil, exploração e abuso sexual, violência de gênero, sexismo, abandono, escassez, casamento na transição adolescência/adulthood, maternidade na adolescência, baixa escolaridade, adoecimentos psíquicos e físicos, entre outras. As narrativas dessas mulheres, nesse sentido, não podem ser compreendidas fora do contexto do bairro onde vivem e de suas conexões históricas com a colonização e a escravidão da Amazônia (ALMEIDA, 2008; ALVES, 2010), sob a condução de um projeto civilizatório eurocêntrico, branco, burguês e patriarcal nas Américas (COLLINS, 2019).

Como discute Collins (2019, p. 126): “As mulheres negras que trabalham, mas continuam pobres, formam um segmento importante da classe trabalhadora negra”. No Brasil, o trabalho doméstico possui uma história de longa duração na vida dessas mulheres e, mesmo com o surgimento de novas frentes de trabalho, elas permanecem realizando serviços de cozinha e limpeza em restaurantes, empresas e outros. Como Carol nos fez compreender, para que o PBF conheça os seus principais destinatários, no caso, as mulheres pobres, é preciso que a política pública as considere como as principais porta-vozes de suas reais necessidades. Mesmo com a avaliação positiva que as interlocutoras emitiram em relação ao PBF, a exigência do

cumprimento das condicionalidades postas às famílias usuárias reforça a lógica do merecimento, da assistência como ajuda, e não como direito à cidadania (MIOTO, 2011).

As narrativas recolhidas nos possibilitaram constatar que, para as chefes de família titulares do PBF, a unidade familiar não se resume apenas aos que moram em suas residências: está para além do que a política normatiza. O fato de alguns filhos, irmãos ou outros parentes, que antes compartilhavam a mesma casa, não morarem mais com elas não significa que eles tenham sido desconsiderados como membros do núcleo familiar, pois continuam mantendo relações de solidariedade, sobretudo no que tange aos sustentos de suas casas e delas próprias. A família define-se, nesse sentido, como rede de solidariedade, que se pode contar e espera-se que seja, principalmente, uma contrapartida dos que possuem o mesmo laço consanguíneo (SARTI, 2010).

As narrativas corroboram a ideia de que a família é vista como uma associação construída e modificada a partir da articulação dialética dos movimentos culturais, históricos e econômicos das sociedades em que se inserem (SILVA, 2007). No âmbito das famílias estudadas, observa-se uma diversidade de configurações de agrupamentos entendidos como família, ratificando a ideia de que não é possível conceituar a categoria família no singular.

Silva (2007) e Pizzi (2012) mostram que, a partir da década de 1990, já se percebe institucionalmente mudanças na composição familiar e os motivos giram em torno de questões como: “a redução do número de filhos; o predomínio das famílias nucleares; o aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como chefes; o aumento das famílias recompostas; e o aumento de pessoas que vivem sós” (SILVA, 2007, p. 3), incluindo-se, também, as famílias homoparentais. Com relação às mudanças nas estruturas familiares brasileiras, é importante dizer que as famílias se comportam enquanto agentes históricos das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Em sua análise, Goldani (2005) reconhece o local da família pobre no cenário brasileiro para poder situar a forma como elas estão compostas e como são vividas.

Sendo assim, de acordo com a autora, são as formas de precariedade de vida das famílias da periferia urbana que definirão, em um maior grau, a forma como ela irá se organizar internamente. É dessa debilidade das condições de vida que se atribui, por parte da classe dominante (eurocêntrica, branca e rica), o conceito de “família desestruturada”. A família

desestruturada é aqui refletida como uma suposta desorganização familiar entre os pobres, considerada por Goldani (2005, p. 74) como um mito carregado de estereótipos de “perversidade e estigma na medida em que influi no comportamento daqueles que nele acreditam e serve para desqualificar o pobre”.

Sobre a organização da vida familiar dos pobres, nota-se, em destaque nas entrevistas, o lançamento precoce das mulheres, dos/das jovens e das crianças ao mercado de trabalho, pelo fato de as famílias pobres estarem constantemente ameaçadas pelos baixos salários e pela falta de empregos (GOLDANI, 2005, p. 75). Nesse sentido, o modo como as mulheres chefes de família entrevistadas articulam suas redes de apoio trouxe para este estudo a compreensão do quão distante ainda se encontram certas políticas destinadas às mulheres, que visam o enfrentamento da pobreza para uma sociedade com menos desigualdade de gênero, racial e social no âmbito das famílias.

Tanto Goldani (2005) como Sarti (2010) demonstram que no Brasil ainda existe o predomínio conservador da ideia da família patriarcal, mantendo a produção de discursos de desmoralização sobre as mulheres solteiras que criam sozinhas seus filhos e sobre aquelas que não se mantiveram em casamentos, como bem pontuado no relato de Carol sobre a fala de seus vizinhos. Há uma separação entre os chamados papéis masculinos e femininos diante da hierarquia familiar, na qual se outorga ao homem o lugar da autoridade na família (SARTI, 2010). Em contrapeso, cabe à mulher nessa estrutura desenvolver o exercício da considerada boa dona de casa e, dentro dessa pseudorrelação de qualidade, junta-se a exigência de saber administrar o pouco dinheiro que o marido traz para dentro da casa.

Cabe ainda à mulher, em sua autoridade (estando em um relacionamento ou não), manter a unidade dos membros que compõem o grupo, sendo dever dela cuidar para que tudo esteja em seu devido lugar. Conforme Sarti (2010, p. 54), “a autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal”. Outra justificativa para o poder feminino é o de saber controlar o dinheiro que entra para a manutenção da casa. O PBF, quando orienta e fiscaliza o destino do recurso, também reforça essa naturalização do universo simbólico do modelo da mãe responsável e cuidadosa, como foi recorrente durante o trabalho de campo ouvir o técnico do CRAS chamar a atenção das beneficiárias: “*não podem gastar esse dinheiro com besteiras*” (informação verbal).

É importante salientar que nas redes de parentesco da família pobre é necessário também entender as dinâmicas entre a casa e a família. Do mesmo modo, é fundamental apreender que na sua constituição os fatores socioeconômicos têm um grande peso na sua dinâmica social. Como exemplo, os empregos instáveis e a dificuldade do estabelecimento de relações que permeiem um ciclo familiar sem rupturas, ou seja, “isso significa dizer que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente” (SARTI, 2010, p. 66).

Como observado, para o sustento da família chefiada pela provedora e trabalhadora é preciso que haja uma mobilização de um conjunto familiar que extrapole o núcleo da casa, configurando, como discute Sarti (2010, p. 68), “uma estreita dependência entre os laços consanguíneos e laços conjugais em qualquer sociedade”. Essas redes de solidariedade, quando “na impossibilidade de serem [exercidas] pela mãe-esposa-dona-de-casa, são igualmente [transferidas] para outras mulheres da família, de fora ou dentro da unidade doméstica”, como as irmãs, mães, tias e sobrinhas.

Para tanto, a análise de Sarti (2010) acerca da família pobre ratifica a realidade das famílias pesquisadas usuárias do PBF, principalmente quando reflete que ela se constitui não como um núcleo, mas enquanto uma teia, que é tecida para agregar a rede de parentesco como uma totalidade. Dessa forma, configuram-se tramas de incumbências morais que entrelaçam todos os membros da família.

5 As mulheres negras do PBF no âmbito de suas famílias

A vida da mulher negra pobre, encerrada no espaço privado da casa e no trabalho doméstico, como as narrativas de Carol, Ana, Fátima, Ângela e Eliana bem mostram, expressa as contradições sociais e históricas de raça, gênero e classe, que se combinam e se entrecruzam, interseccionam-se, sob o advento do projeto colonial e suas atualizações no tempo (COLLINS, 2019; DAVIS, 2016; GONZALEZ, 2018; HOOKS, 2020). Essas contradições explicam a permanência da atribuição do papel multidimensional dessa mulher no interior de sua família, como assim foi em tempos da escravidão.

Conforme dados do documento Retrato das desigualdades de gênero e raça, produzido pelo IPEA (2017), tem-se que, no ano de 2015, as famílias chefiadas por mulheres negras no Brasil equivaleram a 15.872.953, sendo, na região Norte, 1.732.295 desse total. Essas mulheres negras ainda configuram

a parte da população mais subalternizada, estando abaixo do homem negro, da mulher branca e do homem branco, como referem os indicadores sociais do documento, reafirmando o processo histórico de formação da estrutura do capitalismo: racista, sexista e classista (DAVIS, 2016).

A análise desse documento mostra que a discussão da mulher negra se faz imprescindível para a compreensão da realidade das mulheres chefes de família titulares do PBF, pois, como discute Rodrigues (2013, p. 2), há “a importância de se pensar gênero articulado ao pertencimento racial, apontando que o racismo e o sexismo devem ser trabalhados juntos” em um contexto de classe. Ademais, dessa conexão, pode-se pensar “de que forma a articulação entre sexismo e racismo funciona como um dos operadores simbólicos do modo como as mulheres negras são vistas e tratadas no país” (RODRIGUES, 2013, p. 3).

Assim, pode-se inferir que a discriminação racial e de gênero operam juntas “limitando as chances das mulheres negras”, o que irá configurar a “discriminação interseccional” (CRENSHAW, 2004, p. 8), como também problematizaram Davis (2016), Collins (2019), hooks (2020), Gonzalez (2018) e, recentemente no Brasil, Ribeiro (2018) e Akotirene (2019), entre outras. Isso ocorre porque o patriarcado “não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2004, p. 47), logo, também é base das estruturas de opressão presentes na formulação de políticas públicas destinadas às famílias. Como reflete Couto (2005, p. 199), é necessário:

Construir um panorama da utilização do conceito de gênero para o entendimento da dinâmica interna a tais famílias, bem como para identificar o quanto a incorporação, ou não, do conceito de gênero tem gerado novas possibilidades de ampliação e sofisticação das análises.

Nesse sentido, a realização da entrevista para a pesquisa possibilitou o aprofundamento qualitativo do conhecimento da dinâmica familiar e das práticas sociais dessas famílias para além da construção de perfis. Entende-se, também, a necessidade de se conhecer a trajetória de vida de mulheres beneficiárias do PBF para identificar as mudanças efetivas dessa política no âmbito de suas famílias, bem como analisar as determinações que as levaram a acessá-lo.

Como as mulheres entrevistadas narraram, nenhuma delas possuía um cônjuge, “o marido”, como elas chamavam. Pelos seus relatos, não ter um

marido não se tratava de escolha, mas, sim, de resultados de várias tentativas fracassadas de constituir uma família a partir de uma relação conjugal heteroafetiva. Como analisou Davis (2016), as mulheres negras estão na base das estruturas de opressão da sociedade capitalista de base colonial, sofrem racismo pelos homens negros e brancos e pelas mulheres brancas. O racismo, o classismo e o sexismo impõem uma desigualdade dos afetos, da sexualidade e dos arranjos familiares por meio de padrões excludentes da aceitabilidade. Como discute Biroli (2018, p. 91): “Dados os privilégios materiais e simbólicos eventualmente associados aos arranjos familiares valorizados em dado contexto, o desejo de fazer parte de um arranjo que atenda a determinados padrões pode ser inalcançável”.

Também se observou que a condição da maternidade entre elas apresentava uma forte presença de um sentimento de vitória, por terem vencido na vida, uma vez que a experiência da maternidade foi vivenciada de forma solitária e em meio a condições desfavoráveis, como residir em um bairro considerado perigoso, não ter apoio familiar, não estar casada, viver a escassez de recurso financeiro e baixa escolaridade, entre outros. O sentimento de ter vencido se estende ao fato de terem conseguido criar seus filhos e saberem que estão casados, trabalhando e sem envolvimento com a criminalidade, mesmo que para elas tenham restado as doenças, a falta de um parceiro afetivo, a dificuldade financeira, o trabalho doméstico e a ausência de uma casa própria.

Além disso, como resultado da dedicação maternal, dizem que recebem o apoio dos filhos e das filhas tanto emocionalmente como economicamente. Contudo, é questionável, porque mesmo depois dos filhos adultos, essas mulheres ainda se dedicam à manutenção da casa e do seio familiar. Quando dizem que optam por exercer dedicação restrita ao lar e à família, já que não possuem mais a responsabilidade de “colocar o dinheiro dentro de casa”, é por visualizarem as possibilidades reais dos filhos e filhas adultos assumirem tal responsabilidade. Essa lógica é entendida por Pires, Santos e Silva (2011) como: o valor da família surge como um princípio instituidor de uma moral, que é estabelecida por um conjunto de regras, de reciprocidade e obrigações.

Essa “opção” é valorada em decorrência de uma trajetória de trabalho marcada pela exploração e negação de direitos trabalhistas, como a precarização das condições de trabalho das trabalhadoras domésticas. Muitas, inclusive, trabalham em condições análogas à escravidão. Destaca-se, por exemplo, a denúncia realizada no último dia 20 de dezembro de 2020,

sobre o caso Madalena. Trata-se de uma mulher negra, de 46 anos, doméstica, semianalfabeta, explorada por uma família de Minas Gerais desde os 8 anos de idade (MULHER..., 2020). Alguns aspectos desse caso também atravessam as histórias de vida das mulheres entrevistadas quando elas enfatizam que recusam certos trabalhos informais para não terem que se submeter às condições degradantes de humilhação e subalternização. Porém, esse discurso só é possível de ser entendido mediante a compreensão da tessitura da rede de solidariedade familiar que realizam para agregar os entes familiares.

Para essas mulheres, o PBF funciona como um mecanismo subsidiador desse discurso, relacionado à certeza da aquisição de uma renda. Ainda assim, deve-se ponderar que, mesmo esse rendimento ocasionando uma autonomia de gestão do dinheiro e de decisão de compra, graças ao PBF (PIRES; SANTOS; SILVA, 2011), o valor transferido é insuficiente para determinar uma mudança estrutural em suas vidas.

A autoridade maternal também é visualizada na consideração sobre o pertencimento da chefia familiar. O ser mãe e o status que essa posição possui socialmente conformam o poder familiar. No caso de Fátima, por exemplo, mesmo ela não trabalhando e morando na casa do filho mais velho, era ela quem mandava, como justificou pelo fato de ainda estar viva, ser a mãe e cuidar da casa. Compreende-se, desse modo, que o valor do recurso é simbólico para que essas mulheres se sintam contribuintes da economia doméstica, no entanto, têm clareza do quão irrisório é.

Durante o trabalho de campo, não foram raras as vezes em que se ouviu que a destinação desse recurso seria para as chamadas “besteiras”, que, na concepção delas, seria para comprar roupas, açaí, calçados ou para algum tipo de lazer, mas priorizam a compra do gás de cozinha e o pagamento da luz elétrica. Assim como Pires, Santos e Silva (2011), também se pôde observar a busca das famílias por uma melhora de sua situação social mediante um investimento e incentivo maior nos estudos de seus filhos, como é o caso de Ana, quando afirmou que o valor recebido do PBF é destinado aos estudos de sua filha, que cursa o nível superior.

Para o entendimento, portanto, da inserção dessas mulheres no cadastro em programas sociais, entende-se como sendo necessária a apreensão das condições de educação e trabalho vivenciadas ao longo de suas vidas. Como visto, apenas Ana terminou o ensino médio, todavia, já em fase adulta. As demais apenas acessaram com muita precariedade o ensino fundamental e um nível

baixo de alfabetização e todas viveram a experiência da exploração do trabalho infantil e a violência de gênero. Se são perversas as condições de trabalho formal para as pessoas pobres, cujos direitos não são respeitados, meninas pobres e negras que ingressam no trabalho doméstico estão ainda mais submetidas à exploração do trabalho infantil e ao abuso sexual que a maioria sofre.

Diante das condições vividas, essas mulheres não tiveram como escapar da exploração do trabalho doméstico fora e dentro de casa. No entanto, a exploração sofrida pelo segundo é invisibilizada porque está sob a exigência moral da gerência dos seus lares. Com isso, a realidade das cinco entrevistadas articula-se com a discussão de Saffioti (1987, p. 9), quando problematiza o trabalho doméstico e a esfera privada destinada ao sexo feminino:

Não obstante todas estas diferenças, que tornam a vida de mulher mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costumam, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres.

Outro ponto comum na vida dessas mulheres e que merece atenção é o modo como transcorreram suas vidas afetivas. Casamentos marcados pela violência de gênero, impedindo-as de estabelecerem relacionamentos afetivos, como no caso de Ângela, que se envolveu com vários parceiros, resultando sempre em experiências fracassadas. Nas análises de Saffioti (2004), violência é todo e qualquer ato que invade, fere e desrespeita as diversas integridades de uma pessoa: física, psíquica, sexual e moral. Quando nos referimos à violência doméstica, podemos também chamá-la de violência de gênero.

No caso das mulheres entrevistadas, a violência doméstica que sofriam está atrelada a uma violência de gênero que tem explicação no patriarcado. Nesse sistema, o homem acredita ter domínio sobre a mulher em todos os aspectos de sua vida; uma ideologia machista que impregna a relação Estado e sociedade.

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto

a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Assim, esta pesquisa traz à tona, no âmbito doméstico, as questões de opressão e exploração de gênero, raça e classe, que precisam ser tratadas como públicas e compreendidas em uma perspectiva interseccional. A lógica de que cabe somente à vítima, porque se trata de um problema de âmbito privado, não reconhece os esforços que mulheres pobres e negras empregam para manterem a si e suas famílias em uma sociedade de múltiplas expressões da questão social.

Nesse sentido, é mais do que urgente “questionar, denunciar e discutir a posição subalterna ou desprivilegiada da mulher na família e na sociedade” (COUTO, 2005, p. 208). Como reflete hooks (2015, p. 197): “Há muitas evidências que justificam o fato de que a identidade de raça e classe gera diferenças no status social, no estilo e qualidade de vida, que prevalecem sobre a experiência que as mulheres compartilham – diferenças essas raramente transcendidas”.

6 Considerações finais

A intenção mais ampla deste estudo foi levantar reflexões para a compreensão das políticas sociais, no contexto de políticas neoliberais, que asseguram apenas os mínimos sociais, como é o caso dos Programas de Transferência de Renda Continuada (PTRC), entre eles, o Programa Bolsa Família (PBF). Como a pesquisa mostrou, para as mulheres negras, moradoras de periferia, a responsabilidade por suas famílias ultrapassa o gerenciamento de um recurso, que não altera estruturalmente suas vidas, ainda que lhes amenizem a condição de pobreza.

Os PTRC, como política de assistência social, estão longe de enxergar a realidade da maioria das mulheres chefes de família, na medida em que não conhecem e nem compreendem as intersecções de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade e classe em suas vidas, as quais necessitam mediar. Por menor que seja, não se desconsidera a importância que essas mulheres dão a esse recurso, no entanto, questiona-se o conjunto de condicionalidades que aprisiona as mulheres negras pobres no âmbito privado e reforça a ideia de “obrigações e papéis femininos” com a família, ou seja, devem manter a boa ordem e o zelo do lar e de seus familiares, desconsiderando a historicidade das imposições e opressões do trabalho doméstico em suas vidas.

Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Fundação Universidade da Amazônia, 2008.
- ALVES, E. S. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COUTO, M. T. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. **Anthropológicas**, Recife, v. 16, n. 1, p. 197-216, 2005.
- CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Unifem**, Brasília, DF, p. 7-16. 2004.
- CURIEL, O. Ochy Curiel e o feminismo decolonial. [Entrevista cedida a] Ana Paula Procópio da Silva, Magali da Silva Almeida e Renata Gonçalves. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 269-277, 2020.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 68-110, 2005.
- GONZALEZ, L. **Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras**. São Paulo: CPA, 2018.
- HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 16, p. 193-210, 2015.
- HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2020.

IBGE. Censo 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3374WgB>. Acesso em: 15 set. 2020.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. **IPEA**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3sZGWHj>. Acesso em: 27 ago. 2017.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 90-113.

MIOTO, R. C. T. Família e assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, M. J.; ALENCAR, M. M. T. (org.). **Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. São Paulo: Lumen Juris, 2011. p. 3-14.

MOTTA-MAUÉS, M. A. Uma vez “cria” sempre “cria”(?): adoção, gênero e geração na Amazônia. In: LEITÃO, W. M.; MAUÉS, R. H. (org.). **Nortes antropológicos: trajetos, trajetórias**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 157-170.

MULHER é libertada em MG após 38 anos vivendo em condições análogas à escravidão. **G1**, Rio de Janeiro, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/31v88SU>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PIRES, F. F.; SANTOS, P. O. S.; SILVA, J. K. R. Elas decidem? analisando o papel familiar da mulher a partir do Programa Bolsa Família. **Caos**, João Pessoa, v. 1, n. 17, p 108-119, 2011.

PIZZI, M. L. G. Conceituação de família e seus diferentes arranjos. **Revista Eletrônica Lenpes-Pibid de Ciências Sociais – UEL**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2012.

POLÍCIA confirma morte de 10ª pessoa após assassinato de PM em Belém. **G1 PA**, Belém, 6 nov. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/3mWINZJ>. Acesso em: 22 mar. 2021.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL

FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-12.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. J. Família e política de assistência social: o debate entre a provisão de mínimos e as necessidades básicas. *In*: JORNADA INTERNACIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2007. p. 1-8.

Recebido em dezembro de 2020.

Aprovado em abril de 2021.